



ACÓRDÃO Nº1774/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº11715/2021.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Fundo de Previdência Social do Município de Manacapuru – FUNPREVIM.
- 4- **Exercício:** 2020.
- 5- **Responsável:** Ronaldo Gomes Pereira (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICERP.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 7756/2022, Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Mário José de Moraes Costa Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Fundo de Previdência Social do Município de Manacapuru - FUNPREVIM. Exercício de 2020.

Regularidade com ressalvas. Determinação. Ciência.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “A”, item 3, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas do **Sr. Ronaldo Gomes Pereira**, gestor e ordenador de despesas da Fundo Municipal de Previdência Social de **Manacapuru**, no curso do **exercício 2020**, nos termos do art. 22, II da Lei Estadual nº 2.423/96;
- 10.2. **Determinar** ao Fundo Municipal de Previdência Social de Manacapuru, que adote as seguintes providências:
 - a) Observe com mais rigor os prazos estipulados na Lei Complementar nº 06/1991, art. 15, c/c o art. 20, inciso II, com nova redação dada pela Lei Complementar nº 24/2000 e Resolução TCE nº 13/2015, relativamente à Remessa dos Balancetes Mensais;
 - b) Providencie a implantação de um Portal de Transparência de modo que cumpra com os princípios da publicação e da transparência, principalmente no que diz respeito à elaboração do Relatório de Gestão Fiscal, nos termos dos arts. 48, 55, §2º da Lei Complementar nº 101/00;



ACÓRDÃO Nº1774/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

c) Observe com mais rigor a normas relativas à Portaria MPS nº 204/08, sob pena de aplicação de multa no caso de reincidência;

d) No que diz respeito à nomeação de seus futuros gestores, observe com mais rigor o regramento disposto no art. 8º-B, II, III e IV, da Lei nº 9.717/98, sob pena de aplicação de multa no caso de reincidência;

e) Observe rigorosamente o artigo 84, §1º, do art. 85 do RITCE-AM, no sentido de, ao apresentas suas justificativas, traga consigo a documentação comprobatória, sob pena de aplicação de multa no caso de reincidência;

f) Nomeação, urgentemente, do Comitê de Investimento, para que cumpra as disposições previstas no artigo 5º, XVI, “G”, da Portaria MPS nº 204/08;

g) Constitua, urgentemente, o Comitê de Investimento, para que cumpra as disposições previstas no artigo 5º, XVI, “G”, da Portaria MPS nº. 204/08;

h) No que diz respeito ao envio do Demonstrativo das Aplicações e Investimentos dos Recursos – DAIR observe com mais rigor os art. 5º, XVI, “D”, Portaria MPS nº 204/08; art. 22 da Portaria MPS nº 402/08; e art. 6º, IV, da Lei nº 9.717/98;

i) Observe com mais rigor o artigo art. 3º, VIII, da Portaria MPS nº 519/11 e traga consigo a documentação comprobatória de suas alegações, sob pena de incorrer em penalidade pecuniária;

j) Observe com mais rigor as normas relativas à compensação previdenciária, nos termos do artigo 10, §1º, do Decreto nº 10.188/19). sob pena de aplicação de multa;

k) Observe o disposto no art. 1º da Portaria MPS nº 6.209/99; art. 1º, §2º, da Lei nº 9.717/98; art. 4º da Lei nº 9.796/99.

10.3. Dar ciência do desfecho atribuído a Prestação de Contas em questão, de responsabilidade do **Sr. Ronaldo Gomes Pereira**, gestor e ordenador de despesas do Fundo Municipal de Previdência Social de Manacapuru, no curso do exercício 2020 e a todos os envolvidos no feito.



ACÓRDÃO Nº1774/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

11- Ata: 29ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 22 de Agosto de 2023.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente, em substituição), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Josué Cláudio de Souza Neto, Luis Fabian Pereira Barbosa e Alber Furtado de Oliveira Júnior (Convocado).

13.1. Auditor presente e Relator: Mário José de Moraes Costa Filho.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS

Conselheira-Presidente, em substituição

MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO

Auditor-Relator

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA

Procuradora-Geral